



Revista Brasileira de Comércio Exterior

A revista da FUNCEX

Ano XXXVII

154

Janeiro,
Fevereiro e
Março de
2023

FUNCEX Europa

BNDES no Séc. XXI

Reforma Tributária

Imagem de Gonik Baragshyan por Pixabay



FUNCEX



**fundação
centro de estudos
do comércio
exterior**

Ajudando o Brasil a expandir fronteiras

EDITORIAL**2 Um caminho sem volta. E ainda bem que é assim!***Higor Ferro Esteves***ENTREVISTA****4 Nelma Fernandes***Presidente da Confederação Empresarial da CPLP***AGENDA FUNCEX EUROPA****7 Presidente da FUNCEX participou de diversos eventos em Portugal no primeiro trimestre de 2023****COMENTÁRIO INTERNACIONAL****8 Nem com a ajuda do Mago Merlin***George Vidor***CADEIAS GLOBAIS DE VALOR****10 Sugestões para inserção de empresas exportadoras de bens manufaturados nas Cadeias Globais de Valor***Thomaz Zanotto***E-COMMERCE EM COMÉRCIO EXTERIOR****16 Empresas brasileiras buscam o e-commerce para alcançar novos mercados internacionais***Camila Paschoal, Karina Regina Vieira Bazuchi e Paula Borges Gomes Akitaya***FINANCIAMENTO****22 O BNDES no Século XXI***Andre Nassif***27 Financiar e eliminar as distorções para expandir as exportações de bens de ciclos de produção de longo prazo***Tuany Barcelos***CÂMBIO****36 O mercado de câmbio e a nova legislação***Zilda Mendes***40 Usar RMB nas transações de exportações e importações brasileiras***Hsia Hua Sheng***PORTOS****44 Portos: Desafios e Sugestões para o Novo Governo***Renato Pitta***REFORMA TRIBUTÁRIA****48 Proposta Atlântico para Reforma Tributária***Paulo Rabello de Castro e Miguel Silva***SUSTENTABILIDADE E COMÉRCIO EXTERIOR****58 ESG: O G deve vir primeiro***Luiz Carlos Szymonowicz e Luis Guedes*

Um caminho sem volta E ainda bem que é assim!

Há pouco mais de um ano, a Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex) desembarcou em Portugal, um país irmão do Brasil que oferece, além da sua história, gastronomia, cultura e tradições, uma *panóplia* de possibilidades comerciais e de investimento.

Caminhando a passos largos para celebrar, em 2026, meio século de existência, a Funcex decidiu iniciar o seu processo de internacionalização, começando por Portugal, como base específica para chegar à Europa. E por que esse movimento é necessário?

Segundo dados da Delegação da União Europeia (UE) no Brasil, que remetem a 2021, esse bloco econômico no velho continente é o segundo principal parceiro comercial do Brasil, sendo responsável por 15% do seu comércio total, e o Brasil é o 12º maior parceiro comercial da UE, com 1,5% do comércio total.

Essas mesmas informações confirmam que o Brasil é o segundo maior exportador de produtos agrícolas para a UE (2020). A UE é o maior investidor estrangeiro no Brasil, com investimentos em diferentes setores da economia brasileira. Em 2019, o estoque de investimento direto da UE no Brasil chegou a €319 bilhões, ou seja, as relações comerciais entre a UE e o Brasil estão ativas, pujantes e recomendam-se!

Como a Funcex tem mantido uma exemplar conduta na conexão entre empresários e oportunidades no Brasil, considerou que Portugal, em virtude falarem a mesma língua e sendo uma possibilidade de “estender o braço à Europa”, seria um destino natural, visando alcançar novos parceiros, criar sinergias e promover negócios.

Por essa razão, a Funcex Europa nasceu. Conta hoje com quatro diretores em solo português que têm a missão de desenvolver o universo de ações da nossa Fundação na Europa e nos países de língua oficial portuguesa. Temos representantes em Lisboa, em Braga e um escritório recém-inaugurado em Cascais, com o apoio da Câmara Municipal, que vê em nossas interações um potencial de crescimento e desenvolvimento de negócios e do próprio território.

Valorizando ainda mais toda esta iniciativa, temos inovado e estamos criando novas formas de aproximar a Funcex do seu público-alvo. Acompanhei de perto a vasta agenda do nosso presidente Antônio Carlos da Silveira Pinheiro, em Portugal, as conversações e reuniões com empresários, entidades e autoridades. Estamos desenvolvendo projetos, apostamos na comunicação e estamos desenhando ações futuras que irão, certamente, e de forma estratégica, canalizar as atenções e os esforços de investimento para a nossa Fundação.

No primeiro trimestre de 2023, somamos conquistas importantes. Tomamos posse na vice-presidência da Confederação Empresarial da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CE-CPLP), ratificamos a nossa parceria com a Sociedade para o Financiamento do Desenvolvimento (Sofid), instituição financeira de desenvolvimento portuguesa, onde estivemos reunidos com o seu presidente o professor António Rebelo de Sousa; desenvolvemos a Missão Empresarial Brasil-Portugal, da Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas (Fenacon) do Brasil, em Braga; fomos coorganizadores do primeiro Seminário Luso-Brasileiro de Radiodifusão, em Lisboa, com a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), que contou com a presença de diversos empresários e autoridades dos dois países, como o embaixador do Brasil em Portugal, Raimundo Carreiro. Realizamos a “Bênção dos Surfistas” junto com o padre Omar Raposo, reitor do Santuário do Cristo Redentor, em Peniche, durante a terceira etapa do circuito mundial de surf e assim pudemos fortalecer as relações institucionais e comerciais com essa cidade.

A conexão com a CPLP é fundamental. Trata-se de uma entidade que visa ao estreitamente político-diplomático e à cooperação e defesa da língua portuguesa, por meio do diálogo cultural, e com a qual temos mantido conversações para uma aproximação positiva com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (Palop), um mercado com grande potencial de investimento. Além do Brasil e de Portugal, essa interação com a CPLP vai nos permitir trabalhar com países como Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. A Confederação Empresarial da CPLP será um importante instrumento de conexão entre o Brasil e os países de língua portuguesa.

Em linhas gerais, o que pretendemos em solo português é continuar a desenvolver oportunidades no campo de comércio exterior num espectro ainda mais amplo, desbravando a Europa, criando condições para negócios e estreitando os laços entre Brasil, Portugal e a CPLP.

E só temos a ganhar. Dados de 2022, anunciados pelo governo português, dão conta de que a corrente de comércio entre Brasil e Portugal aumentou 43% em 2021 em comparação ao ano anterior. O Brasil exportou o equivalente a cerca de US\$ 2,65 bilhões (R\$ 13 bilhões) e gastou US\$ 857 milhões (R\$ 4 bilhões) com as importações.

Na lista de “serviços” propostos pela Funcex na Europa está também o auxílio informativo às entidades do Brasil e da UE. Aguardamos que o acordo entre o Mercosul e a UE seja uma realidade em breve, facilitando as nossas relações e as trocas comerciais e institucionais.

Todo início de trabalho necessita de uma boa equipe. Por isso, é importante podermos contar com pessoas comprometidas com os desígnios da Funcex Europa, como os diretores Bruno Gutman, Cristiano Jardim e Rodrigo Costa, para continuarmos focados em tornar a internacionalização da Funcex uma ação bem-sucedida. Estamos apenas começando e temos muito trabalho pela frente!

Por conta de nossa aproximação com a CE-CPLP, as páginas azuis desta edição trazem a entrevista com sua presidente, a dra. Nelma Lopes. Nesta edição, trazemos ainda o comentário internacional, de nosso colunista George Vidor, bem como artigos de interesse atual, como sobre os desafios do novo BNDES, a inserção de empresas nacionais nas cadeias globais de valor, os financiamentos de exportações a prazos longos, sugestões sobre a gestão de nossos portos, artigo sobre a reforma tributária ora em discussão, sobre o novo marco cambial, sobre como abordar o sensível tema ESG e o artigo do representante do Bank of China no Brasil sobre o uso do RMB nas transações de exportações e importações brasileiras.

Daqui da Europa, temos a certeza de uma leitura agradável, atual e proveitosa para nossos leitores de ambos os continentes.



Higor Ferro Esteves
Diretor-Geral Funcex Europa

Nem com a ajuda do mago Merlin



George Vidor

George Vidor
é jornalista e economista

Políticas econômicas buscam alguns objetivos que geralmente se mostram inconciliáveis, ou se chocam entre si, após algum tempo. O crescimento econômico acelerado, por exemplo. Uma economia que cresce muito, e rápido, é capaz de mudar o patamar de desenvolvimento de uma sociedade, uma nação, uma região, em curto espaço de tempo. Nos anos 1960 e 1970, teóricos como o americano W. W. Rostow chegaram a estabelecer etapas de desenvolvimento usando como parâmetro a renda *per capita*. Naquela época, a renda média por habitante no Brasil não ultrapassava os US\$ 1.500 anuais. Chegaríamos ao clube das economias desenvolvidas quando atingíssemos os US\$ 10 mil anuais. Hoje não estamos mais tão distantes disso, porém...

O crescimento depende de uma conjunção de fatores. O sueco Gunnar Myrdal (de tendência social-democrata), que dividiu em 1974 o Prêmio Nobel de Economia com o austríaco Friedrich Hayek (liberal), chamava esse processo de “causação circular acumulativa”. Um processo em forma de espiral.

O mundo havia passado por experiências bem-sucedidas de crescimento acelerado. Os milagres econômicos no Japão e na Alemanha, nos anos 1950, do pós-guerra, por exemplo. O próprio Brasil ao fim dos anos 1960 e início de 1970. Já beirando o atual século, foi a vez dos “tigres asiáticos”, com destaque para Coreia do Sul, Taiwan e Hong Kong. Os tigres acabaram despertando a República da China de um atraso quase secular, e, inicialmente com as zonas econômicas especiais, o país mergulhou com todas as forças no comércio internacional. A China vai, assim, recuperando um papel no qual se destacou em dezessete séculos da era cristã.

Muitos teóricos vinculam o crescimento acelerado a altas taxas de poupança e investimento. Por definição, poupança é a parte da renda não consumida. Mas aí esbarramos no primeiro dilema: como poupar se a renda ainda se encontra em patamar que só garante um subconsumo? Sociedades pobres tendem a comer as sementes que seriam usadas para ampliar a produção futura. Então, uma das saídas – nem sempre claramente defendidas por economistas, por ser uma questão politicamente incorreta – seria uma concentração de renda, ainda que temporária. Nas mãos privadas ou do Estado? Outro dilema.

Poupar é a forma de viabilizar investimentos. Uma economia não cresce sem que a oferta de infraestrutura (energia, transportes, comunicações) ande na frente. Geralmente investimentos de maturação em longo prazo, que podem se frustrar se a demanda em potencial projetada não se concretizar por fatores que surpreendam negativamente o caminho traçado. Para atenuar os riscos, investimentos e/ou financiamentos públicos (como os realizados pelo BNDES,



por exemplo) se fazem necessários em economias retardatárias. Incentivos fiscais, idem.

Não apenas barreiras físicas podem dificultar o crescimento. Há também escassez de capital humano – nesse caso, dependemos de educação, em todos os níveis, do básico à pós-graduação, passando pela capacitação profissional.

Entre os fatores que contribuem para a conjunção que leva ao desenvolvimento está a estabilidade monetária. Uma economia corroída pela inflação torna ainda mais difícil a formação de poupança e a sustentabilidade de investimentos de médio e longo prazos. No esforço pela estabilidade monetária deparamo-nos com mais um dilema. Países como o Brasil, com um histórico de inflação crônica elevada, recorrem a políticas monetárias restritivas, que apertam o crédito por meio de altas taxas de juros. Essas taxas, por sua vez, transformam dívidas (públicas, empresariais e pessoais) em bola de neve. O serviço da dívida aumenta o déficit do setor público, que, para financiá-lo avança sobre poupanças privadas. Mas se o crescimento depende de investimentos, de poupanças, como fazer? O combate à inflação em certos momentos freia o crescimento. Mas se a inflação corre frouxa, inviabiliza o crescimento capaz de se sustentar por anos seguidos.

Diante desse dilema, os formuladores de política econômica ficam sonhando com a colaboração de algum mago Merlin, que tenha alguma poção mágica que possa

ajudá-los. Na falta do mago, podem recorrer a malabarismos, artificialismos e experimentalismo.

Além do crescimento (emprego, desemprego, variação do nível de renda) e da estabilidade monetária, a política econômica precisa ter faróis voltados igualmente para o equilíbrio nas contas externas. Um forte desequilíbrio nessas contas pode travar uma economia de uma hora para outra. A economia se equilibra externamente exportando mercadorias e serviços, e atraindo capitais de fora, sob forma de investimentos diretos e indiretos ou financiamentos. A taxa de câmbio é essencial para esse equilíbrio. Se o câmbio desvaloriza a partir de certo ponto, o objetivo de controle da inflação é prejudicado. A população perde poder de compra. A sensação de empobrecimento se agrava. Insumos fundamentais encarecem (por serem importados ou pelo atrativo da exportação). O câmbio fora do prumo desarruma as cadeias produtivas.

São tantos dilemas, tantos conflitos entre os objetivos principais de políticas econômicas, que, no século XX, houve quem acreditasse – e ousasse por esse caminho – que poderia resolvê-los pela planificação. Também não deu certo. A economia de mercado, com todos os seus defeitos, tem se mostrado mais eficiente como ferramenta para busca desses resultados.

A economia brasileira tem crescido menos do que o país precisa para avançarmos socialmente, proporcionando razoável qualidade de vida a uma parte considerável da população. Isso não significa que estamos condenados ao atraso, que não há saída. Mesmo sem a ajuda do mago Merlin, é possível enfrentar os desafios em meio a pressões políticas e sociais que são naturais em um ambiente de democracia. Uma boa dose de bom senso é, sem dúvida, necessária. Não são poucos os exemplos históricos de sucesso. Ainda sou otimista de que também conseguiremos, com algum esforço, que o bom senso prevaleça, na maior parte do tempo.

“

Não apenas barreiras físicas podem dificultar o crescimento. Há também escassez de capital humano – nesse caso, dependemos de educação, em todos os níveis, do básico à pós-graduação, passando pela capacitação profissional

”